

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

28/03/2015

Em editorial, o jornal **Folha de S.Paulo** apoiou a proposta do PMDB de fixar prazos para que o presidente da República indique um ministro para o Supremo Tribunal Federal. O jornal endossou as críticas dos ministros Celso de Mello e Marco Aurélio à demora da presidente Dilma Rousseff em indicar o substituto de Joaquim Barbosa, que se aposentou há oito meses. “Não faltam motivos para a exasperação dos dois mais antigos membros da corte. Com uma cadeira vazia, a carga de trabalho dos magistrados aumenta, o que, de acordo com eles, tem provocado o adiamento de algumas decisões”. Pelo que propõe o PMDB, caso a presidente desrespeite o prazo, a função de indicar um nome para o Supremo é avocada para o Legislativo.

Nomeação de ministros

O vice-presidente da República, Michel Temer, defendeu o debate de medidas que fixem prazos para que a presidente Dilma Rousseff indique nomes para cargos no Judiciário, Ministério Público e agências reguladoras. Na avaliação dele, as PECs em discussão no Senado poderão motivar um diálogo “produtivo” entre Executivo e Legislativo, facilitando a atuação do governo e agilizando definições. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Adiamento dos precatórios

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), se reuniu na sexta-feira (27/3) com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para estudar formas de reverter a decisão do STF segundo a qual estados e municípios devem quitar precatórios até 2020. A alternativa mais viável, de acordo com Cunha, é que uma PEC estabelecendo novos prazos para o pagamento dos débitos seja apresentada à Câmara. A decisão do Supremo foi decorrente da declaração de inconstitucionalidade de uma Emenda Constitucional que estabelecia um "regime especial" de pagamento de precatórios. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Reforma política

O PSDB apresentará na semana após a Páscoa seu plano de medidas centrais para a reforma



política, afirmou ontem o presidente nacional do partido, senador Aécio Neves (MG). O pacote tucano terá cinco eixos: fim da reeleição e mandato de cinco anos; voto distrital misto; cláusula de barreira; financiamento misto de campanha; e fim das coligações proporcionais. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Imposto sobre fortunas

A presidente Dilma Rousseff "mostrou simpatia pela tese" da cobrança de um imposto maior para detentores de grandes fortunas na reunião com governadores do Nordeste nesta semana, afirma o governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB). "No momento de crise, isso se torna ainda mais necessário. Ela pareceu bem simpática à tese", disse o governador, que é autor de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão sobre o assunto. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

PF investiga Cerveró

A Polícia Federal investiga as relações de Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da Petrobras, com o grupo investigado na operação zelotes, que apura denúncias de corrupção e advocacia administrativa no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A PF suspeita que Cerveró atuou perante advogados e conselheiros investigados como representante de fornecedores da estatal endividados com a Receita. Cerveró também é alvo da operação "lava jato", que investiga denúncias de corrupção na Petrobras. Ele está preso, acusado de cobrar propina de empreiteiras em troca de contratos na diretoria que comandava na petroleira. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

R\$ 50 mil para vista

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal falam sobre indícios de que um pedido de vista de um processo no Carf poderia ser vendido por R\$ 50 mil. As informações são do jornal **O Globo**.

Suspensão de empréstimos

O Ministério Público que atua no Tribunal de Contas da União pediu a suspensão imediata de empréstimos que o BNDES tenha se comprometido a fazer para a Sete Brasil, empresa criada para construir as sondas da Petrobrás, mergulhada numa crise financeira. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Maioridade penal

Votações preliminares e articulações na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara demonstram que, quando for votada a proposta de emenda constitucional da redução da maioridade penal, o projeto deve ser aprovado com facilidade. Não à toa, setores contrários à redução, como PT, PSOL e PPS, resistem e protelam ao máximo essa votação. Nem sempre com



sucesso. Em 17 de março, a CCJ rejeitou por 37 votos a 19 um requerimento que pretendia adiar a análise da proposta. Nessa votação, para cada deputado contrário à PEC, havia outros dois favoráveis. As informações são do jornal **O Globo**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-mar-28/noticias-justica-direito-jornais-161-2/>